

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.136.051 - RJ (2017/0172516-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : **CONSORCIO INTERNORTE DE TRANSPORTES**
ADVOGADOS : **MAXIMINO GONÇALVES FONTES NETO E OUTRO(S) - RJ017783**
 JOÃO CÂNDIDO MARTINS FERREIRA LEÃO - RJ143142
EMBARGADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
INTERES. : **AUTO DIESEL LTDA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO CONFIGURADA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO DA PARTE REQUERIDA EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUANDO AUSENTE A MÁ-FÉ. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Consórcio Internorte de Transportes à decisão proferida por esta relatoria nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 567):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, INDIVIDUAIS E COLETIVOS. 1. AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. 2. ILEGITIMIDADE PASSIVA NÃO CONFIGURADA. ALTERAÇÃO. SÚMULA N. 7 DO STJ. 3. AGRAVO DO CONSÓRCIO INTERNORTE DE TRANSPORTES CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

Em suas razões (e-STJ, fls. 578-582), o embargante sustenta omissão quanto à análise da impossibilidade de incidência de verba honorária em favor do Ministério Público em ação civil pública.

Postula, assim, o acolhimento dos aclaratórios para excluir a condenação ao pagamento dos honorários de sucumbência.

Foi apresentada impugnação ao recurso (e-STJ, fls. 594-600), com pedido de aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do NCPC.

Brevemente relatado, decido.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto sobre o qual deveria se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; ou corrigir erro material.

Na hipótese, constata-se que na decisão embargada não foi apreciado o pedido de afastamento da condenação aos honorários de sucumbência, evidenciando-se, assim, a apontada omissão no *decisum*.

E, analisando o referido pedido, verifico que tem razão o embargante.

Com efeito, conforme entendimento consolidado no âmbito da Corte Especial do STJ, "descabe a condenação em honorários advocatícios da parte requerida em ação civil pública, quando inexistente má-fé, de igual sorte como ocorre com a parte autora, por força da aplicação do art. 18 da Lei n. 7.347/1985." (EAREsp 962.250/SP, Relator o Ministro Og Fernandes, Corte Especial, DJe 21/08/2018).

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONDENAÇÃO DA PARTE REQUERIDA EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. DESCABIMENTO. PRINCÍPIO DA SIMETRIA.

1. "Em razão da simetria, descabe a condenação em honorários advocatícios da parte requerida em ação civil pública, quando inexistente má-fé, de igual sorte como ocorre com a parte autora, por força da aplicação do art. 18 da Lei n. 7.347/1985" (EAREsp 962.250/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/08/2018, DJe 21/08/2018).

2. Súmula 168 do STJ: "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado".

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EAREsp 828.525/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/10/2018, DJe 16/10/2018)

Dessa forma, assiste razão ao recorrente quanto à impossibilidade de condenação aos honorários advocatícios no bojo da ação civil pública, quando ausente a

Superior Tribunal de Justiça

má-fé, nos termos da jurisprudência desta Corte acima transcrita.

No mais, não identificado o caráter protelatório dos aclaratórios, ou o abuso em sua oposição, não há como acolher o pedido de aplicação da penalidade prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para excluir os honorários de sucumbência fixados na origem, afastando-se, em consequência, a majoração dos honorários recursais determinada na decisão embargada.

Publique-se.

Brasília-DF, 20 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator